

Mário Soares, A opção comunitária, oito anos depois (Junho de 1993)

Caption: Em Junho de 1993, Mário Soares, presidente da República Portuguesa, publica na revista lisboeta *Expansão* um artigo no qual faz o balanço económico e político, oito anos depois, da adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Source: SOARES, Mário. *Intervenções*. Volume 8. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. ISBN 972-27-0681-0.

Copyright: (c) Imprensa Nacional-Casa da Moeda

URL: http://www.cvce.eu/obj/mario_soares_a_opcao_comunitaria_oito_anos_depois_junho_de_1993-pt-9acc7a5b-dc9a-4bbf-90ad-2f8354775669.html

Publication date: 22/10/2012

A opção comunitária, oito anos depois*

1. Razão de Ser

Sempre pensei que a descolonização, que se seguiu, inevitavelmente, ao 25 de Abril, tinha como contraponto necessário a integração de Portugal na Comunidade Europeia. Não foi fácil negociar com os nossos futuros parceiros europeus. A factura, para eles, não era muito aliciante. Tínhamos, porém, a grande autoridade moral de nos termos libertado, por nós próprios, da Ditadura e de estarmos a pôr fim a uma guerra colonial que durava há treze longos anos, sem saída nem esperança, e ao arpejo das recomendações das Nações Unidas.

Em 1975, em campanha para as primeiras eleições livres que se realizaram em Portugal, desde a I República, o lema que utilizei foi « Europa Connosco ». Assim aconteceu : a Europa Comunitária acabou por aceitar um novo alargamento e a integração portuguesa concretizou-se em 12 Junho de 1985, com a assinatura solene, nos Jerónimos, do Tratado de Adesão. Não havia aliás, outra alternativa estratégica para Portugal, como os anos seguintes se encarregariam de demonstrar.

Mas houve outras razões que militavam em favor da integração : a preocupação de nos inserirmos num enquadramento político favorável formalmente à consolidação da democracia, depois de quase meio século de ditadura; a necessidade de impulsionar a integração internacional da economia portuguesa, que havia começado e cujos termos seriam radicalmente alterados na década de setenta, dada a concentração do comércio externo no mercado comunitário, o choque petrolífero, os resultados da adesão do Reino Unido à CEE e o alargamento da Comunidade aos países da Europa do Sul — o que, de qualquer maneira, nos obrigaria a mudar o nosso relacionamento com Espanha.

A adesão de Portugal à Comunidade deve ser assim entendida como uma resposta estratégica adequada e global às mudanças verificadas. Constitui, portanto, uma opção política de fundo, baseada numa sólida perspectiva de defesa dos interesses permanentes de Portugal, a longo prazo. Foi, além disso, democraticamente legitimada por um muito amplo consenso político-partidário, claramente expresso na Assembleia da República.

O balanço concreto da adesão nestes primeiros sete anos confirma a opção então feita. A integração na Comunidade tem representado um contributo insubstituível para a melhoria da capacidade de afirmação de Portugal no Mundo, para o domínio de meios de intervenção internacional proporcionalmente superiores à nossa dimensão como Nação e, sobretudo, para a recuperação e desenvolvimento das relações com outros espaços e culturas que fazem parte do nosso património histórico.

Este ponto é importante: a adesão de Portugal à Comunidade não só não se revelou incompatível com a vocação africana de Portugal (como alguns pretendiam) como, pelo contrário, lhe deu peso e sentido, no contexto internacional presente. O interesse e respeito dos países africanos lusófonos por Portugal — como do Brasil e de outros países a que estamos ligados pelos laços da diáspora ou da memória, como os Estados Unidos, o Canadá, a África do Sul, a Índia, a Austrália, a China e mesmo o Japão — cresceu sensivelmente desde que somos membros de pleno direito da Comunidade Europeia.

A adesão permitiu ainda o acesso de Portugal a meios de desenvolvimento que seriam muito difíceis senão impossíveis de reunir e utilizar noutras circunstâncias, criando-nos a possibilidade, tantas vezes negada pela história, país da periferia europeia que somos, de ligação directa ao núcleo central de decisões da Europa, no plano económico, mas também no âmbito da produção cultural e científica.

Podemos dizer, assim, sem qualquer exagero, que a integração de Portugal na Europa comunitária representou, no horizonte temporal das presentes gerações, a mais consistente e talvez mesmo a única oportunidade de acesso de Portugal aos padrões de desenvolvimento europeus.

Este objectivo valeria, por si só, um especial esforço colectivo, sendo importante sublinhar que o desenvolvimento não diz apenas respeito ao bem-estar dos cidadãos e ao progresso material do País. É,

igualmente, um importante factor de afirmação externa e a garantia de uma mais equilibrada gestão dos vários níveis de dependência a que nenhum Estado se consegue hoje furtar.

Neste sentido — repito — a integração europeia representa globalmente uma conquista e não (como alguns ainda defendem) uma perda de poder soberano, entendida a expressão como a capacidade de que uma Nação dispõe para se afirmar perante as outras. Como se sabe, a União Europeia, nos termos em que está hoje proposta, põe parcialmente em causa alguns poderes do Estado, mas não a Nação. Diria que implica a partilha e a gestão comum de importantes poderes de Administração, mas que não atinge a identidade nacional bem como os valores e interesses permanentes que lhe estão associados. Pelo contrário!

2. Um projecto em mudança

Importa salientar que o chamado «projecto europeu» não corresponde a um quadro estático, no sentido de definido uma vez por todas. A integração na Comunidade não pode, assim, ser considerada como um processo fechado nos contornos estritos contidos no Tratado de Adesão. Pelo contrário, tem de ser entendida como um objectivo em contínua mutação ou, melhor dito, como um processo de permanente negociação.

A verdade é que a realidade comunitária de hoje tem já muito pouco a ver com as referências essenciais e com os problemas propostos a Portugal quando adquiriu o estatuto de Estado membro, em 1985. O Acto Único, o processo de desenvolvimento do Mercado Interno, a assinatura e ratificação do Tratado da União Europeia, a reforma da Política Agrícola Comum — são ilustrações eloquentes do que mudou desde a nossa integração. Daí que eu, europeísta confesso e militante, houvesse preferido que a ratificação do Tratado de Maastricht tivesse sido precedida de consulta popular directa, tipo referendo. Não tendo dúvidas quanto ao sentido da resposta — que seria então maioritariamente sim — constituiria uma tal consulta uma garantia de grande utilidade para o futuro inseguro e complexo que prevejo aí venha...

Na verdade, as mudanças do Mundo, desde a implosão do movimento comunista, em 1989, são tantas e tais, que alteraram completamente os pressupostos e as referências em que assentou o sistema de segurança e o enquadramento geoestratégico nas décadas que se seguiram ao fim da Segunda Grande Guerra Mundial. A globalização dos mercados, os espantosos avanços tecnológicos, e a persistente recessão económica que vivemos, simultaneamente, nos três grandes polos de desenvolvimento mundial — os Estados Unidos, a Europa e o Japão — criaram situações e problemas inteiramente novos. A resposta coerente e concertada a tudo isto, por forma a criar um novo equilíbrio mundial, tarda. Daí a enorme incerteza do tempo presente.

As fronteiras políticas da Europa voltaram a ser postas em causa. A guerra regressou ao nosso continente, 47 anos depois, com a emergência trágica do conflito na ex-Jugoslávia. As incógnitas que pesam sobre o próximo futuro dos países saídos da ex-União Soviética constituem uma preocupação dominante, visto poderem ser motivo de novas e profundas alterações. Está em aberto a definição de uma nova hierarquia de poderes e de valores à escala europeia, a que a Europa Comunitária, concebida no velho tempo do mundo bipolar, não soube ainda dar uma resposta coerente. Ora essa resposta tem de ser encontrada — por forma consistente e em tempo útil — sob pena da Comunidade não estar à altura das suas históricas responsabilidades, perdendo, ao mesmo tempo, uma oportunidade única de afirmação a nível mundial.

Acontece que a Comunidade Europeia — apesar dos seus problemas internos e incertezas — constitui o quadro de referência mais favorável e porventura mesmo único, ao redor do qual melhor se poderá definir a nova arquitectura europeia no seu conjunto. É por isso, também, que a não ratificação do Tratado da União Europeia seria, nesta perspectiva — e na actual fase de vida da Europa — um recuo político de pesadas consequências e uma imensa frustração que devemos, a todo o custo, evitar.

Mas o Tratado de Maastricht — que prevê a sua própria revisão em 1996 — tem de ser entendido, uma vez mais, como um ponto de partida, como um instrumento de enquadramento e não como um processo acabado, um ponto final. Como se sabe, não sou um entusiasta de Maastricht por achar que o Tratado contém inúmeras ambiguidades — que hoje estão mais ou menos clarificadas — e comporta interpretações porventura mesmo divergentes. Mas, como diz o professor Ralf Dahrendorf, que o classifica de «Tratado infeliz» tem de ser ratificado, o mais depressa possível, para que a Europa possa avançar...

Aliás, o problema do alargamento da União Europeia não pode ser escamoteado por mais tempo : ocupará a agenda política comunitária dos próximos anos. E quando falo de alargamento não me refiro tão-só ao espaço da EFTA, tema mais ou menos pacífico, mas também aos outros países europeus que, saídos do comunismo, se estão a dotar de instituições democráticas, a redefinir os seus respectivos espaços nacionais e a procurar desenvolver-se em termos de economia de mercado. É um projecto com uma perspectiva temporal de mais de uma década e que terá de ser realizado gradualmente, pressupondo vários níveis de integração, certamente, mas também uma vontade política clara, isto é, cujas intenções não possam ser legitimamente postas em causa.

Obviamente que a União Europeia implica, igualmente, avanços institucionais consideráveis no plano supranacional que haverão de ser legitimados por um maior controlo democrático. A coordenação das políticas externas e de defesa dos Estados membros, a construção de uma Europa Social, baseada na Carta Social Europeia, o desenvolvimento da cidadania europeia, são temas que terão de progredir a par da construção da União Económica e Monetária. Não são dissociáveis. A União Europeia deverá ser um espaço de solidariedade — ou não será — o que significa que as relações entre os Estados membros deverão processar-se na igualdade e com sentido de coesão, sendo, portanto, inaceitável o conceito de uma Europa a várias velocidades.

Por outro lado, não poderá fechar-se sobre si própria, enredando-se no novelo dos seus problemas internos — para mais pressionada como está do exterior, a Leste e a Sul, por tensões migratórias de enorme significado — sob pena de perder a função estabilizadora que lhe incumbe e o papel que deve ser o seu na criação de uma nova ordem mundial.

Assim, a ratificação de Maastricht — cujo processo não está ainda concluído, no momento em que escrevo — não encerra o debate sobre o futuro da Europa e dos Estados e Povos que a compõem. Pelo contrário, constitui tão-só um primeiro afloramento, que nos fornece já preciosos ensinamentos para a fase totalmente nova que importa rápida e corajosamente iniciar.

3. Um projecto exigente para Portugal

Graças à integração europeia, Portugal encontra-se, pela primeira vez, na sua longa história, no centro das decisões onde está a forjar-se o destino da Europa. É uma situação de incontestável valor de que devemos saber extrair todas as ilações e vantagens que comporta.

Obviamente que a integração e o projecto de modernização que lhe está associado, exigem reformas profundas, com consequências complexas e nem sempre agradáveis para os portugueses. Quanto a mim — e basicamente — precisamos de cumprir quatro requisitos para poder aspirar a ser um país desenvolvido : transformar e elevar radicalmente (em termos tanto quanto possível consensuais) o sistema de educação/formação dos nossos recursos humanos; criar as condições para um verdadeiro «choque de produtividade» reestruturando todo o sector produtivo (hoje tão afectado); modernizar o Estado e a Administração, desburocratizando e descentralizando as suas estruturas; prosseguir um ambicioso programa de equipamentos infra-estruturais, que tanto nos faltam.

Apesar das dificuldades e custos que começam a pesar na opinião portuguesa — e de incompatibilidades pontuais — a Comunidade Europeia constitui, dentro das opções possíveis, o enquadramento mais favorável para conferir viabilidade ao que se poderá considerar uma verdadeira revolução na nossa vida colectiva e realizá-la em condições de segurança e previsibilidade razoáveis. Cabe aos responsáveis políticos, tanto do Governo como das Oposições, tornar flexíveis as margens de negociação e ajustar o ritmo das mudanças às condições reais da sociedade portuguesa.

O facto de algumas mudanças poderem ser no imediato impopulares não deve obstar à sua realização, como é obvio. Mas obrigar-nos-á a exigir que as transformações sejam feitas com equidade, justiça social e sentido nacional. Para cada problema raramente existe apenas uma solução. É conveniente, por isso, que as propostas sejam democraticamente analisadas e debatidas, no respeito pelas responsabilidades e poderes de

cada instância de decisão. E, sobretudo, é preciso que os sacrifícios sejam equilibradamente repartidos para que não se perca o sentido da tão necessária coesão social que justamente se reclama como objectivo primordial no plano europeu.

Os importantes recursos de que Portugal irá continuar a dispor, por direito próprio — em consequência do aprofundamento da integração europeia e da aprovação do chamado «pacote Delors II» — criam aos agentes políticos e sociais uma acrescida responsabilidade quanto à satisfação das expectativas de modernização estrutural que os Portugueses justificadamente têm alimentado.

Estou certo de que as reformas esperadas constituirão uma oportunidade ideal para melhorar os sistemas de solidariedade social e para atenuar os fenómenos de exclusão que o desaparecimento de certas indústrias e a desertificação de algumas regiões têm vindo a criar. Parece-me essencial dar uma atenção crescente aos aspectos qualitativos do crescimento económico, para que a modernização do País possa transformar-se num autêntico processo de desenvolvimento. Nesse plano, um melhor funcionamento do sistema educativo, da saúde e assistência, da segurança social, das condições de habitabilidade e a preservação dos equilíbrios ambientais bem como a luta contra a degradação da qualidade de vida nas periferias dos grandes centros urbanos — são questões fulcrais da modernização que o crescimento económico não resolverá por si próprio sem a intervenção de políticas consistentes, voluntaristas e, tanto quanto possível, consensuais.

A modernização implica ainda uma sociedade política democraticamente adulta e responsável, capaz de respeitar com naturalidade a divisão dos poderes, essencial em democracia, que aceite sem drama a diferença de opiniões e a livre crítica, próprias do pluralismo, e que assuma tranquilamente a transitoriedade inerente a todo o poder democrático, que está baseado, como se sabe, na regra da alternância.

São condições essenciais para que as mudanças possam ocorrer sem excessiva conflitualidade, que seria extremamente prejudicial ao País, num ambiente de confiança, com sentido de Estado e no respeito mais completo pelos interesses permanentes de Portugal.

Numa palavra: a integração europeia de Portugal constitui uma oportunidade histórica de modernização que não pode ser perdida. Na Comunidade, Portugal terá de saber ser uma presença activa, com uma voz original — dando um contributo útil à altura da sua gloriosa história e do que esperam de nós aqueles que conhecem o valor da nossa cultura e identidade.

* Artigo escrito em Junho de 1993 e publicado na revista Expansão.